



Estudos de Psicologia

ISSN: 1413-294X

revpsi@cchla.ufrn.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Brasil

Castro Ferreira de, Ana Elisa; Yamamoto, Oswaldo H.
A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo
Estudos de Psicologia, vol. 3, núm. 1, enero-junio, 1998, pp. 147-158
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26130111>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo

Ana Elisa Ferreira de Castro
Oswaldo H. Yamamoto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Este estudo tem por objetivo introduzir a questão do gênero na conformação da Psicologia norte-rio-grandense. São apresentados e discutidos dados preliminares acerca da distribuição desigual de homens e mulheres no curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em contraste com um relativo equilíbrio no conjunto dos outros cursos; acerca da distribuição dos profissionais que atuam no estado com relação à variável gênero, associadas a algumas variáveis que caracterizam a atuação profissional do psicólogo.

Palavras-chave:

Gênero;
Psicologia como
profissão;
Formação
acadêmica;
Psicologia no
Brasil; Psicologia
no RN.

Abstract

Psychology as a feminine career: notes for a study

Key-words:
Gender;
Psychology as a
profession,
Professional
training,
Psychology in
Brazil,
Psychology in
Rio Grande do
Norte.

The purpose of this study is to introduce the question of gender in the Psychology of Rio Grande do Norte (Northeast of Brazil). Preliminary data are presented about the unbalanced distribution of male and female in the Psychology course, as compared to a relatively balanced situation of the other courses of the FURN. The variable gender is also discussed with the contexto of other variables characteristic of the professional practice of psychologists in the state.

No rol dos aspectos recorrentes na literatura concernente à realidade da Psicologia no Brasil, conduzidos ao longo de mais de três décadas após a regulamentação da profissão, um, seguramente, se sobressai: o marcante predomínio do sexo feminino entre os seus profissionais (Mello, 1975; Rosemberg, 1983 e 1984; Rosas, Rosas & Xavier, 1988; Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo [SPESP] & Conselho Regional de Psicologia-6ª Região [CRP-06], 1984).

A questão da natureza feminina de uma profissão, embora recorte da incidência diferencial do gênero na conformação profissional de qualquer carreira, acaba por se inserir no conjunto de estudos sobre a mulher, que ganha destaque nos últimos anos, no Brasil e no exterior. De fato, conquanto tal problemática, no plano internacional, já se fizesse visível no lustro anterior, entre nós, os estudos são impulsionados no ano de 1975, pela mobilização em torno do Ano Internacional da Mulher (Costa, Barroso & Sarti, 1985; Costa & Bruschini, 1992; Saffioti, 1981).

Costa e colaboradores (1985) identificam três fases, dentro desse processo de implantação do campo de estudos sobre mulher/gênero: 1. de 1975 a 1978, quando tratou-se de dar visibilidade às mulheres e de criticar ou de desconstruir os paradigmas teóricos vigentes; 2. de 1978 a 1985, na qual assistiu-se à consolidação de sua legitimidade e a uma grande expansão, tanto na direção da conquista de novos espaços quanto na da abertura de seu leque temático; e 3. a partir de 1985, fase em que se inicia um processo de construção institucional e de elaboração de teorias sobre as relações de dominação/subordinação entre os sexos, com o uso do conceito de gênero começando a ser difundido.

A partir de então, a temática tem sido abordada enfocando os mais variados aspectos. Nestes últimos anos, a questão da mulher associada a um conjunto de parâmetros para investigação têm sido sugeridos: o trabalho, a construção de projetos profissionais, a família, os papéis sexuais, a participação política, a condição social, a produção científica, a literatura, dentre tantos outros (Azevêdo et al., 1989; Costa et al., 1985; Costa & Bruschini, 1992; Silva, 1996; Tosi, Lima, Cavalcanti e Bastos Filho, 1991).

O objetivo de presente estudo é apresentar e discutir alguns dados preliminares sobre a questão da natureza feminina da Psicologia, enquanto carreira e profissão, no Rio Grande do Norte.

1. A inserção feminina do ensino superior e o curso de Psicologia

Até o final da década de 70, os dados nacionais da inserção diferencial de homens e mulheres no sistema escolar, medida através do contingente de estudantes matriculados no três níveis de ensino, indicavam um equilíbrio nos 1º e 2º graus (49,7% e 50,2% de mulheres, respectivamente), e um nítido desequilíbrio, em favor dos homens, no ensino superior (36,7% de mulheres) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 1971). Na passagem das décadas de 80 e 90, o mesmo equilíbrio era observado no 1º grau (50,9% de mulheres), um incremento na ordem de sete pontos percentuais em favor das mulheres no 2º grau (57,1%), e um notável salto por parte do sexo feminino no 3º grau, passando dos 36,7% de 1969 para 52,9% em 1989 (IBGE, 1991)!

Apesar da grande expansão quantitativa em termos globais, faz-se necessário mencionar que o crescimento das matrículas no ensino superior aconteceu em ritmos diferenciados nos vários cursos, alguns expandindo-se mais do que outros. No contexto do crescimento do ensino superior, o marcante aumento das matrículas femininas também não se deu de maneira uniforme, verificando-se um crescimento da concentração das alunas em carreiras tidas como “femininas”, que por serem definidas culturalmente como mais apropriadas à mulher, têm tido uma predominância de mulheres entre os seus alunos (Barroso & Mello, 1975).

Com base nessas distribuições dos estudantes universitários com relação ao gênero, alguns autores têm sugerido diversas tipologias das carreiras. Dentre eles, Ferretti (1976) propõe a existência de profissões masculinas, femininas e neutras, e Lewin (1980) estabelece a diferenciação entre carreiras masculinas, femininas e mistas.

Não nos ocuparemos dos condicionantes gerais da composição sexual na escolha das carreiras; o ponto que nos interessa é que, uma vez que tais taxionomias levam em conta simplesmente o peso relativo

do gênero na configuração da profissão, a Psicologia está sempre incluída na categoria de profissão feminina.

Assim, no estudo de Ferretti (1976), a Psicologia é a quarta carreira considerada a presença feminina (87,1%); no de Lewin (1980), não somente faz parte do contingente das profissões femininas, como da subdivisão “extremamente feminizadas” (FF), ou seja, com predomínio de 80% de mulheres (no caso da Psicologia, com 86%, em 1977).

A situação do Rio Grande do Norte não difere substancialmente dos dados nacionais, mas há nuances que merecem ser destacadas (Tabela 1). De uma parte, o contingente de estudantes do sexo feminino no final da década de 60 era bastante superior à média nacional: 45% contra 37% (IBGE, 1971). Por outro lado, considerados os últimos quatro anos (1993-96), a participação feminina, 47%, é mais baixa que a média nacional de quase 53% registrados no ano de 1989 (IBGE, 1991). Observe-se que tanto a desigualdade entre os sexos não era tão acentuada no momento em que se registra a expansão feminina em nível nacional, quanto ela mesma não incide de forma tão contundente no período que se inicia na década de 70.

TABELA 1
Distribuição das matrículas no ensino superior no Brasil e no Rio Grande do Norte

	1969		1989	
	Brasil %	RN %	Brasil %	RN %
<i>Homem</i>	63	55	47	54
<i>Mulher</i>	37	45	53	46

Fonte: IBGE/Boletim Estatístico da UFRN.

Não existem estudos que estabeleçam os determinantes desse quadro. Além de uma eventual diferença demográfica, no que diz respeito à expansão das matrículas femininas no período em tela, parece-nos razoável indicar, enquanto um possível determinante, um desenvolvimento desigual do ensino superior no Rio Grande do Norte com relação ao eixo sul-sudeste. Nessas regiões, a expansão se dá graças, sobretudo, à multiplicação de estabelecimentos de ensino vinculadas à rede privada, fato que não se registra no Rio Grande do Norte, ao menos no período em questão e, principalmente, na proporção verificada nos centros industrializados. Estudos mostram

que diversas das carreiras consideradas “femininas” concentram-se nas áreas de Humanas e Letras, exatamente aquelas que experimentam uma expansão mais significativa na rede privada, pela sua menor necessidade de inversão de recursos e facilidade de manutenção (Martins, 1981).

No que diz respeito à Psicologia norte-rio-grandense, os dados seguem basicamente a tendência nacional: tomados os últimos quatro anos, a média de estudantes do sexo feminino, de 75,2% (Universidade Federal do Rio Grande do Norte [UFRN], 1997), é um pouco menor que os 86% registrados por Lewin (1980).

Ainda sobre os dados deste estado, se tomarmos os dados de conclusão em vez de matrículas, o percentual aumenta um pouco passando para 79,4% (UFRN, 1997). Esse dado é, na verdade, o de maior importância, já que é o determinante do perfil da profissão com relação à variável gênero, conforme se verá a seguir.

A literatura registra algumas das tentativas de interpretar tais preferências relacionadas ao gênero. Ferreti (1976), no conjunto de hipóteses com as quais trabalha, sugere que as carreiras masculinas são as de maior remuneração e prestígio no confronto com as femininas. Por outro lado, no momento mesmo da escolha da carreira, haveria uma diferença nas expectativas dos candidatos com relação às suas próprias possibilidades, sendo as do sexo feminino mais baixas, o que levaria à configuração de carreiras femininas.

2. A Psicologia enquanto profissão feminina: o Rio Grande do Norte

Desde o pioneiro levantamento realizado por Mello (1975), poucos anos após a regulamentação, abrangendo apenas os (então) três cursos existentes no Estado de São Paulo, a predominância das mulheres já era notável: 82,9% dos então 170 psicólogos eram do sexo feminino. Se dúvidas pairassem sobre uma eventual tendência em uma realidade profissional apenas se delineando, os sucessivos estudos (regionais e nacionais) que se seguem encarregam-se de dirimi-las. São os casos, por exemplo, do estudo conjunto do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e do Conselho Regional de Psicologia-6a. Região (SPEESP/CRP-06, 1984) que acusava um contingente de 87,6% de mulheres psicólogas, e do cadastramento dos profissionais conduzido

pelo CRP-06, anos depois, registrava 89,2% (CRP-06, 1995). Na pesquisa nacional coordenada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1988), o total de psicólogas atingia 86,6% dos profissionais com condições legais para o exercício profissional. Em um levantamento local setorizado (para a área educacional), realizado em 1988 (Yamamoto et al., 1990), o total de psicólogas era de 81%. Esses dados permitem - e de forma inquestionável - concluir, como o fazem Ferretti (1976), Lewin (1980), Rosemberg (1983, 1984) e Rosas et al. (1988), que a Psicologia é, de fato, uma profissão feminina.

Passadas quase duas décadas, o quadro não somente não se altera naqueles locais quanto se reproduz em outros. Em relação ao panorama norte-rio-grandense, os dados mais recentes referem-se a um mapeamento dos profissionais realizado no ano de 1995-96 (Yamamoto, Oliveira & Siqueira, 1997). Tendo como referência uma listagem fornecida pela 2ª região administrativa do Conselho de Psicologia, foi enviado, por via postal, um questionário padronizado com 14 quesitos distribuídos em três seções (dados gerais, formação acadêmica e exercício profissional) a todos profissionais inscritos e residentes no estado. Do total de 448 profissionais que atendiam os requisitos definidos, 190 retornaram os questionários, o que corresponde a 43%.

Visto que o objetivo do instrumento era produzir um mapeamento geral da Psicologia do Rio Grande do Norte, as respostas mencionadas não se prestavam a análises mais detalhadas acerca da questão central abordada, permitindo apenas um vislumbre das características do exercício profissional relacionadas à questão do gênero.

No levantamento em questão, 89% dos 190 profissionais do estado que retornaram os questionários são do sexo feminino, o que vem a confirmar os dados registrados pela literatura. Do total geral, 92,6% residem na capital (Natal), os demais distribuem-se por oito municípios do estado. Se compararmos estes dados com um levantamento anterior realizado há pouco menos de dez anos atrás (Yamamoto et al., 1990), observa-se um aumento de profissionais do sexo feminino na ordem de dez pontos percentuais.

A Tabela 2 resume alguns dos indicadores da situação profissional dos psicólogos no Rio Grande do Norte com relação ao gênero.

TABELA 2
Situação profissional dos psicólogos do Rio Grande do Norte

	Homens	Mulheres
	%	%
<i>Vinculação profissional à Psicologia</i>		
Trabalham com atividade ligada à Psicologia	71	88
Não trabalham em Psicologia	29	12
<i>Regime de trabalho</i>		
Tempo integral	33	31
Tempo parcial	53	69
Tempo integral + parcial	13	0
<i>Faixas de remuneração (em Salários Mínimos)</i>		
1 a 6	20	49
7 a 12	20	24
13 ou mais	60	25
atividade não remunerada	0	3

Observando-se a distribuição dos psicólogos, o primeiro dado a destacar é que há um percentual maior de mulheres exercendo atividades em Psicologia comparativamente aos homens (88 contra 71). Por outro lado, a maior parte das mulheres trabalha em tempo parcial (69%), ao passo que a maior concentração de homens localiza-se na categoria tempo integral (53%). Destaque, também, que alguns homens combinam os regimes de trabalho parcial e integral (13%), sugerindo uma multiplicidade de empregos/ocupações simultâneos. Somando-se esse dado ao dos homens que trabalham em tempo integral, chega-se a um percentual significativo de 46% daqueles que têm uma carga horária igual ou superior a 40 horas semanais.

Embora não haja elementos para inferências mais fundamentadas, não deixam de ser sugestivos alguns dados. O primeiro diz respeito a uma maior presença (proporcional) de mulheres exercendo atividades em Psicologia, sugerindo um grau maior de abandono da profissão por parte dos homens¹. Por outro lado, a vinculação dos homens a atividades em Psicologia é seguramente mais estabelecida, considerados os regimes de trabalho. Esses dados parecem ir na direção apontada por Rosemberg (1984), de que são diferenciadas as formas de inserção profissional dos homens e mulheres - entrando aí um conjunto de variáveis que incluem, entre outras, a da “segunda jornada de trabalho” e do significado da maternidade.

Para complementar esse quadro, convém observar a questão da remuneração. Observa-se um dado interessante: embora os homens - absoluta e proporcionalmente - sejam minoria entre os profissionais no estado, situam-se em uma faixa de renda consideravelmente superior à das mulheres (60% percebendo 13 ou mais salários mínimos - S. M.). No outro extremo, é interessante notar que quase a metade das mulheres (49%) situa-se na faixa de 1 a 6 S. M. É, também, entre as mulheres que a alternativa de *trabalho sem remuneração* aparece.

Esses dados parecem confirmar o *status* de profissão feminina da Psicologia: a discrepância entre a situação dos homens e mulheres sugere uma restrição por parte do mercado de trabalho em relação à variável gênero nos seus diversos aspectos, tais como remuneração, regime de trabalho, encargos familiares versus atuação profissional e dificuldade de absorção pelo mercado de trabalho, entre tantos outros.

O último conjunto de dados a considerar aqui diz respeito à distribuição dos psicólogos pelas áreas profissionais (Tabela 3).

Observa-se, de início, que não há diferenças perceptíveis quanto ao gênero na preferência pela área, visto que a atividade clínica exerce

TABELA 3
Distribuição dos psicólogos pelas áreas de atuação

	Homens	Mulheres
	%	%
<i>Psicólogos atuando em uma área</i>		
Clínica	47	51
Trabalho	20	13
Escolar	7	5
Forense	-	1
Hospitalar	-	5
Social	-	3
Atividade acadêmica	7	1
<i>Psicólogos atuando em mais de uma área</i>		
Clínica + Trabalho	13	3
Clínica + Escolar	7	7
Clínica + Social	-	2
Clínica + Acadêmica	-	5
Clínica + Hospitalar	-	2
Trabalho + Acadêmica	-	1
Trabalho + Hospitalar	-	1
Clínica + Escolar + Trabalho	-	1

maior atração para os dois sexos, com uma pequena diferença em favor dos homens nas áreas Acadêmica e do Trabalho. Não pode ser descartada a hipótese de que tal diferença talvez seja devida ao fator remuneração. E mais, no que diz respeito à área Acadêmica, não deixa

de parecer paradoxal a ocorrência de um percentual de mulheres bastante pequeno (1%) em relação aos homens (7%), numa carreira com tal predomínio feminino. É interessante observar que a maioria dos homens ocupa as áreas mais tradicionais - Clínica e Trabalho - enquanto que as mulheres, embora numa percentagem pequena, estão ocupando (exclusivamente) novas áreas, como é o caso de Hospitalar².

O segundo conjunto de dados diz respeito ao considerável contingente de psicólogos (39%) que trabalha em mais de uma área - o que sempre coloca em questão a discussão entre o caráter *genérico e especializado* da profissão, articulado à formação acadêmica. Nota-se que os homens restringem-se às áreas mais tradicionais, ao passo que as mulheres são pioneiras na ocupação das novas áreas - como é o caso das áreas Hospitalar e Forense. Talvez isso explique, ao menos parcialmente, o porquê da baixa remuneração entre as mulheres, visto que estas exercem atividades em áreas menos consagradas, de baixo prestígio e menor remuneração.

3. Considerações Finais

Os dados aqui apresentados, acerca da realidade da Psicologia norte-rio-grandense considerada sob o prisma do gênero, nos permitem extrair algumas conclusões.

De início, eles reproduzem de maneira fiel os estudos anteriores e em diferentes localidades acerca das características do perfil do profissional psicólogo, caracterizando-a, efetivamente, no estado, também como uma profissão feminina.

Ademais, e mais importante, constata-se que há diferenças significativas entre homens e mulheres no que diz respeito ao exercício profissional, ao regime de trabalho, à remuneração, às áreas de atuação, entre outros aspectos - ou seja, que as psicólogas norte-rio-grandenses, em que pese o fato de constituírem maioria, são submetidas à mesma situação de discriminação que caracteriza as profissões femininas, conforme destacadas na literatura aqui levantada.

Considerando-se o caráter exploratório deste estudo, não será possível ir muito além nas inferências. Contudo, algumas questões podem ser colocadas.

A primeira diz respeito à necessidade de se estudar, com mais detença, o impacto da presença feminina na profissão. Ou seja, as características decorrem do fato de a Psicologia ser uma profissão eminentemente dominada por profissionais do sexo feminino? Um segundo aspecto, diretamente relacionado ao anterior, diz respeito a um fato que foi constatado neste estudo: conquanto maioria, no estado do Rio Grande do Norte, o peso proporcional dos homens no campo acadêmico é mais significativo. Restaria averiguar se esse mesmo cenário é encontrado nacionalmente e, mais importante, qual a influência do gênero na produção de conhecimento em Psicologia?

Finalmente, um alerta com relação a conclusões acerca do impacto da variável gênero. Em diversos pontos, fica o alerta sobre um eventual mascaramento de variáveis (eventualmente) mais críticas nos estudos que tendem a atribuir ao fator gênero um peso desmesurado. Sem descartar a influência desse fator, no caso específico da Psicologia, algumas das características do exercício profissional seriam decorrentes - **prioritariamente** - do predomínio feminino ou seriam conseqüência da própria natureza da profissão no Brasil, marcada por uma prática que tem sido alvo de tantas críticas ao longo destes anos? São questões que terão de ser alvo de nossa atenção no prosseguimento desta linha de estudos.

Agradecimentos

Os autores agradecem à profa. Dra. Maria Emília Yamamoto (*Base de Pesquisa Ecologia e Comportamento Animal*, UFRN), às bolsistas Carina Cavalcanti de Souza (APB/CNPq) e Keila S. Silva Diniz (PIBIC/CNPq/UFRN) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (processos 520218/96-5 e 350602/97-2).

Referências

- Azevêdo, E. S., Fortuna, C. M. M., Pontes, M. C. D., Freire, N. B. V. M., Abdalla, P. C. D., & Dórea, E. S. (1989). A mulher cientista no Brasil. Dados atuais sobre sua presença e contribuição. *Ciência e Cultura*, 41, 275-283.
- Barroso, C. L. M., & Mello, G. N. (1975). O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, 15, 47-77.
- Conselho Federal de Psicologia. (Ed.) (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.
- Conselho Federal de Psicologia. (Ed.) (1992). *Psicólogo brasileiro: Construção de novos espaços*. Campinas: Átomo.

- Conselho Federal de Psicologia. (Ed.) (1994). *Psicólogo brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Conselho Regional de Psicologia 6^a. Região. (1995). *Psicologia: Formação, atuação profissional e mercado de trabalho (Estatísticas 1995)*. São Paulo: Autor.
- Costa, A. O., Barroso, C., & Sarti, C. (1985). Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa*, 54, 5-15.
- Costa, A. O., & Bruschini, C. (1992). Uma contribuição ímpar: os Cadernos de Pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, 80, 91-99.
- Ferretti, C. J. (1976). A mulher e a escolha vocacional. *Cadernos de Pesquisa*, 16 20-40.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1971). *Anuário Estatístico Brasileiro (Vol. n. 32)*. Rio de Janeiro: FIBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1991). *Anuário Estatístico Brasileiro (Vol. n. 51)*. Rio de Janeiro: FIBGE.
- Lewin, H. (1980). Educação e força de trabalho feminino no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 32, 45-59.
- Martins, C. B. (1981). *Ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo: Global.
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Rosas, P., Rosas, A., & Xavier, I. B. (1988). Quantos e quem somos? In CFP (Orgs.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 32-48). São Paulo: Edicon.
- Rosemberg, F. (1983). Psicologia, profissão feminina. *Cadernos de Pesquisa*, 47, 32-37.
- Rosemberg, F. (1984). Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4, 6-12.
- Saffioti, H. I. B. (1981). *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Hucitec.
- Silva, L. B. C. (1996). *A escolha profissional - Uma abordagem psicossocial*. São Paulo: Unimarco.
- Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, Conselho Regional de Psicologia 6^a Região (1984). *O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo*. São Paulo: Cortez.
- Tosi, L., Lima, N. R. L. B., Cavalcanti, S. B., & Bastos Filho, J. B. (1991). *Mulher & ciência*. Maceió: EDUFAL.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (1997). *Boletim Estatístico -1996*. Natal: EDUFN.
- Yamamoto, O. H., & Campos, H. R. (1997). Novos espaços, práticas emergentes: um novo horizonte para a Psicologia brasileira? *Psicologia em Estudo*, 2, 89-111.
- Yamamoto, O. H., & Cunha, I. M. F. F. C. (no prelo). O psicólogo em hospitais de Natal: uma caracterização preliminar. *Psicologia: Reflexão & Crítica*.
- Yamamoto, O. H., Jucá, M. R. B. L., & Carvalho, D. B. (1997). "Adeus às armas": o abandono da profissão entre os psicólogos potiguares. Manuscrito submetido para publicação.
- Yamamoto, O. H., Siqueira & G. S., Oliveira, S. C. C. (1997). A Psicologia no Rio Grande do Norte: caracterização geral da formação acadêmica e do exercício profissional. *Estudos de Psicologia*, 2, 42-67.
- Yamamoto, O. H., Souza, I. M. S., Oliveira, I. A., Silva, L. N. M., Freire, M. A. A., Rocha, R. M., & Alves Filho, S. (1990). A psicologia escolar em Natal: Características e perspectivas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2/3/4, 40-49.

Notas

¹ O abandono da profissão é uma questão bastante séria: no levantamento do Conselho Federal de Psicologia, pode-se observar que há uma “perda” na ordem de 50% considerando-se a relação diplomados-inscritos nos conselhos de Psicologia. Para uma discussão acerca da questão, ver Yamamoto, Jucá & Carvalho (1997).

² A questão das áreas emergentes tem sido alvo de atenção dos psicólogos. Os estudos coordenados pelo Conselho Federal de Psicologia (1992, 1994) são exemplos dessa preocupação. Sobre essa questão, ver também Yamamoto & Campos (1997) e, especificamente sobre a atividade desenvolvida pelos psicólogos norte-riograndenses no âmbito hospitalar, Yamamoto & Cunha (no prelo).

Ana Elisa Ferreira de Castro é estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista de Iniciação Científica (CNPq, processo 520218/96-5). *Oswaldo H. Yamamoto* é professor do Departamento de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Coordenador do Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação (Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (SP). Endereço para correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Psicologia, Caixa Postal 1622, Campus Universitário, CEP 59.078-970, Natal, RN, E-mail: ohy@uol.com.br.

Sobre os autores